

PGR denuncia e pede a prisão de 39 por depreação do Senado

ATAQUE ÀS INSTITUIÇÕES

PGR pede condenação de 39 extremistas

Chefe da Câmara quer punição para deputados que mentiram sobre atos golpistas, mas isenta dois citados pela Procuradoria

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou, ontem, 39 pessoas envolvidas nos atos golpistas de Brasília e depreação do Senado. O grupo é acusado de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado democrático de direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça com emprego de substância inflamável contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

O subprocurador-geral da República Carlos Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos e autor das denúncias, pede a prisão preventiva dos acusados para impedir novos crimes. Também requer o bloqueio de R\$ 40 milhões em bens dos investigados, para reparar danos materiais e morais. É a primeira denúncia da PGR contra envolvidos nos ataques do dia 8. Os nomes não foram divulgados.

Para evitar que os acusados deixem o país, Santos pede que os nomes sejam inseridos no Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal. Além disso, é solicitada a preservação de material existente nas redes sociais dos denunciados.

A PGR diz não ter imputado aos denunciados suposto crime de terrorismo em razão de a lei exigir, para caracterização do delito, que os atos sejam praticados "por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião". Segundo o órgão, "não foi possível comprovar até o momento" tal motivação.

"No interior do prédio sede do Congresso Nacional e insuflando a massa a avançar contra as sedes do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, os denunciados destruíram e concorreram para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para o erário", registra trecho da denúncia.

Para a PGR, no último dia 8, "milhares de pessoas", entre elas as acusadas, "unidas com iguais propósitos e contribuindo uns com os outros para a obra criminosa coletiva comum, tentaram, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado democrático de direito". A Procuradoria também sustenta que o grupo "tentou depor o governo legitimamente constituído".

A apresentação da denúncia se dá três dias após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, levar ao procurador-geral da República, Augusto Aras, representação contra radicais presos pela Polícia Legislativa no dia da invasão ao Congresso. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira, entregou documento de teor semelhante à PGR. Na ocasião, Aras afirmou que pretende oferecer eventuais denúncias com base na notícia-crime até a sexta-feira. Ou seja, essa pode ter sido apenas a primeira leva. Na conversa com Aras, Lira declarou:

- Muito mais do que a depreação do patrimônio público, foi um atentado às instituições.

Cobrança

Horas antes, em visita a um Batalhão da Polícia Militar nas proximidades da Praça dos Três Poderes, Lira disse que parlamentares que mentiram e divulgaram fake news sobre os ataques golpistas serão "chamados à responsabilidade". Ao mesmo tempo, afirmou não ver ligação dos deputados eleitos Clarissa Tércio (PP-PE) e André Fernandes (PL-CE) com a invasão dos prédios.

- Não vi nos parlamentares nenhum ato que corroborasse com os inquéritos que foram abertos – declarou Lira, que afirmou ter conversado com eles.

Na última quinta-feira, a PGR pediu ao STF que André e Clarissa, além da deputada eleita Sílvia Waiápi (PL-AP), sejam investigados por incitação aos atos golpistas. O presidente da Câmara acrescentou não ter informação sobre Sílvia. Ao defender punição a parlamentares que "mentiram", Lira estaria se referindo ao deputado eleito Abilio Brunini (PL-MT), que publicou nas redes sociais um vídeo no Salão Verde da Câmara e afirmou que não houve "praticamente nenhum estrago" no local.

- Todos que tiverem responsabilidades vão responder, inclusive parlamentares que andam difamando e mentindo com vídeos dizendo que houve inverdades nas agressões que a Câmara dos Deputados sofreu. (...) Parlamentar eleito não pode estar divulgando fatos que não condizem com a realidade – disse Lira.

Lira visitou o Batalhão com a governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, e o interventor federal na Segurança do DF, Ricardo Cappelli.



Governadora do DF em exercício, Celina Leão, o presidente da Câmara e Ricardo Cappelli, em coletiva de imprensa

Parlamentares

O que publicaram na internet os deputados federais eleitos que a PGR pediu para investigar.

- André Fernandes (PL-CE) escreveu, dois dias antes do ataque às instituições: "Neste final de semana acontecerá, na Praça dos Três Poderes, o primeiro ato contra o governo Lula. Estaremos Lá", disse. Ele também compartilhou uma foto da porta do armário do ministro Alexandre de Moraes, arrancada pelos vândalos, com a legenda: "Quem rir vai preso". Depois, André alegou: "Não convoquei, apenas tomei conhecimento da manifestação através da própria imprensa e afirmei que iria comparecer".

- Clarissa Tércio (PP-PE) divulgou no Instagram vídeo da invasão ao Congresso falando: "Acabamos de tomar o poder. Estamos dentro do Congresso. Todo povo está aqui em cima". Depois, alegou: "Postar um vídeo pedindo oração pelo meu país é considerado incitação a atos de terrorismo? Se for, esse é meu crime!".

- Segundo a PGR, Sílvia Waiápi (PL-AP) divulgou vídeo das invasões com legendas que "endossavam" a ação dos extremistas e "fomentavam" os atos.

- Arthur Lira disse não ver motivos para André e Clarissa serem investigados. Sobre Sílvia, disse que não conhecia os fatos.

"Meu CPF é um, dele é outro" afirma Lira sobre Bolsonaro

Ao ser questionado ontem sobre o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro nos atos golpistas contra as sedes dos três poderes, o presidente da Câmara, Arthur Lira, respondeu que cada um deve responder pelo que faz.

- O meu CPF é um, o CPF do presidente Bolsonaro é outro – declarou o deputado, durante coletiva de imprensa.

Na sexta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), incluiu Bolsonaro na investigação sobre os atos golpistas, após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). No dia 8, apoiadores do ex-presidente invadiram e deprearam a Corte, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

- Nós temos de ter calma neste momento e investigar todos os aspectos. A nossa fala não muda: todos que praticaram e contribuíram para esses atos de vandalismo devem ser severamente punidos – disse Lira.

Audiências

Cerca de 800 pessoas presas em flagrante no dia 8 de janeiro por participarem de atos golpistas em Brasília já passaram por audiências de custódia, informou o Mi-

nistério Público Federal (MPF). As oitivas têm o objetivo de evitar prisões ilegais ou desnecessárias e deveriam terminar ainda ontem, de acordo com o interventor federal na segurança do Distrito Federal, Ricardo Cappelli.

As audiências estão sendo conduzidas pela Justiça Federal do DF, por meio de um mutirão que envolve promotores, procuradores e outros agentes do sistema de Justiça. Foram presas 1.398 pessoas (904 homens e 494 mulheres), segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape). A decisão final sobre manter ou não as prisões caberá ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito dos atos antidemocráticos no Supremo Tribunal Federal (STF) – onde o caso tramita.

- Nós temos de ter calma neste momento e investigar todos os aspectos. A nossa fala não muda: todos que praticaram e contribuíram para esses atos de vandalismo devem ser severamente punidos – disse Lira.

- Há indícios, e a investigação está apurando, de que pessoas que invadiram Câmara e Planalto tinham conhecimento dos locais, conheciam a planta. O processo está em curso, comandado pela Polícia Federal com apoio da Polícia Civil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política Página: 6